

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 02/06/2016

- [Alto índice de assassinatos de jovens brasileiros preocupa especialistas](#)
- [Liminar possibilita ampliar licença-paternidade a juízes e servidores](#)
- [Fortaleza inicia mutirões do projeto Pai Presente durante os sábados](#)
- [Homem é suspeito de estuprar neta de 9 anos em Feira Nova](#)
- [Conselho Tutelar de Cavaleiro é arrombado três vezes em pouco mais de um mês](#)
- [Crianças que ocupam hotel no DF vivem infância em meio ao conflito](#)
- [Estudantes recebem aula sobre direito do trabalho](#)
- [Campanha de gibis da VIJ/DF arrecada mais de 10 mil exemplares](#)
- [A Proteção que Queremos](#)
- [Curso de capacitação de profissionais para as Olimpíadas é realizado no Rio de Janeiro](#)

Assunto: Alto índice de assassinatos de jovens brasileiros preocupa especialistas

Fonte: Agência Câmara

Data: 02/06/2016



Deputados e especialistas analisaram causas e possíveis soluções para diminuir o número de homicídios no Brasil

No Brasil, mais pessoas foram mortas em 2012 do que em 40 conflitos armados no mundo. Os dados são do Mapa da Violência 2015, que apontou o País como um dos que mais sofre com casos de homicídios. De uma lista de 95 países, o Brasil ocupa a sétima posição. O levantamento foi apresentado nesta quarta-feira (1º) durante audiência pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados.

O estudo é do sociólogo Julio Jacobo que mostra ainda que, em um universo de 85 países, o Brasil ocupa a terceira posição em relação à taxa de homicídios de jovens entre 15 e 19 anos. São 54,9 mortes a cada 100 mil.

Para Jacobo o alto índice de mortalidade entre os jovens é um dos dados mais preocupantes. "Há uma vítima prioritária neste processo, que são os jovens na faixa de 15 a 29 anos de

idade, que 60% dos homicídios acontecem neste faixa e é uma faixa que só tem 25% da população."

Segundo o sociólogo, nesta faixa 93% das vítimas são homens e com baixa escolaridade. Além disso, a arma de fogo foi usada em 81,9% dos homicídios de adolescentes de 16 anos.

Causas

Na avaliação do presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, Jeferson Miller, o problema brasileiro é multicausal. Ele afirma que fatores como evasão escolar, drogas, ocupação desordenada do espaço urbano e acesso a armas de fogo estão entre as principais causas da violência. Ele defende que sejam atacadas as causas primárias da violência e da criminalidade.

"Não adianta atuar de modo isolado sobre um aspecto ou outro, ou uma instituição atuar de modo isolado. O que nós entendemos é que o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios tem que ser efetivado pela República Brasileira, porque é algo muito grave o andamento crescente disso", alertou.

O deputado Wilson Filho (PTB-PB), que propôs o debate, considera a deficiência na segurança pública um dos piores problemas enfrentado pelos brasileiros. Para ele, é preciso estabelecer medidas que possam contribuir para um País mais pacificado.

O deputado destacou dois pontos que acredita que têm que ser tratados inicialmente. "É a questão da valorização dos profissionais de segurança e a questão do combate às drogas. Não apenas ao tráfico, mas com a prevenção, a ressocialização, com casas de recuperação", enumerou.

Os dados utilizados no Mapa da Violência estão no Sistema de Informações de Mortalidade da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde.

Assunto: Liminar possibilita ampliar licença-paternidade a juízes e servidores

Fonte: CNJ

Data: 02/06/2016



Os tribunais e demais órgãos do Poder Judiciário poderão assegurar aos seus magistrados e servidores o direito à licença-paternidade de 20 dias após o parto ou a adoção de uma criança. O direito foi assegurado por meio de uma liminar concedida pelo conselheiro Bruno Ronchetti, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que reconhece a possibilidade de prorrogação da licença, com base nos direitos dos trabalhadores e na importância das políticas públicas voltadas à proteção da primeira infância.



A liminar foi dada em um pedido de providências formulado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). As associações sustentam que a extensão de cinco para 20 dias da licença, que já é assegurada aos servidores públicos, trabalhadores da iniciativa privada e servidores e membros do Ministério Público Federal, também deveria ser aplicada à magistratura. De acordo com o pedido, alguns tribunais têm negado esse direito, sob a justificativa de que não há regulamentação da matéria.

Evolução legislativa – A licença-paternidade foi garantida no artigo 7º da Constituição Federal a todos os trabalhadores urbanos e rurais, direito estendido aos servidores ocupantes de cargos públicos. Neste ano, com a publicação do Marco Regulatório da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), que dispõe sobre políticas públicas voltadas às crianças com até seis anos, tornou-se possível a prorrogação da licença-paternidade, totalizando 20 dias, para trabalhadores de empresas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã.

Instituído pela Lei 11.770, de 2008, o programa Empresa Cidadã estimula a prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal – pelo programa, as empresas puderam estender a licença-maternidade, inclusive nos casos de adoção, de 120 para 180 dias. Conforme a legislação, o Programa Empresa Cidadã também pode ser estendido às servidoras da administração pública.

Outro avanço significativo no tema foi o Decreto 8.737, de 2016, que instituiu o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores públicos da União, das autarquias e

das fundações públicas federais. Posteriormente, por meio de portarias, o benefício foi estendido também aos membros e servidores do Ministério Público Federal e aos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público. Da mesma forma, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, prorrogou a licença-paternidade, por meio da Resolução 576/2016, aos servidores do Supremo.

Proteção – Ao estender o direito à licença-paternidade de 20 dias aos magistrados e servidores, o conselheiro Bruno Ronchetti considera, em sua liminar, que a proteção à paternidade, assim como à maternidade, é um direito fundamental e, portanto, merecedor de ampla proteção e máxima eficácia. O relator ressaltou, na liminar, o parecer do relator do Projeto de Lei 6.989/2013 – que deu origem à norma que instituiu o Marco Regulatório da Primeira Infância –, no que diz respeito à importância da convivência da criança com a figura paterna, da criação de vínculo com o pai e do suporte que ele pode dar à mãe no cuidado do filho.

Conforme o parecer, o pediatra e psicanalista Donald Winnicoh chamou a atenção para o fato de que a presença do companheiro dá à mãe maior segurança e a libera de algumas ações para ficar mais livre para seu bebê. Assim, de acordo com o documento, a extensão do direito é uma resposta a demandas crescentes na sociedade e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de abrir espaço a uma convivência familiar integradora e estabilizadora das relações intrafamiliares.

Assunto: Fortaleza inicia mutirões do projeto Pai Presente durante os sábados

Fonte: CNJ

Data: 02/06/2016



O Projeto Pai Presente avançou para fora das estruturas do Poder Judiciário, com mutirão nas escolas públicas de Fortaleza (CE). A primeira visita aconteceu em 21 de maio, das 9h às 13h, na Escola Professor Francisco Jaborandi. Seis escolas com os maiores índices de crianças sem o nome do pai no registro receberam o projeto. A força-tarefa será realizada sempre aos sábados.

A solicitação da paternidade pode ser reivindicada por mães com filhos menores de idade, ou pelo próprio filho, caso seja maior de 18 anos. Se o pai quiser, pode reconhecer o filho de forma espontânea. Para isso, precisam comparecer durante o mutirão munidos de documentos necessários como RG, CPF e Certidão de Nascimento do filho.

Caso o pai tenha alguma dúvida em relação à paternidade, o Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (Lacen) estará na escola realizando os exames de DNA. Todo o procedimento é gratuito.

Nas escolas públicas da capital, o Projeto Pai Presente é coordenado pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), por meio da Corregedoria-Geral da Justiça, com apoio da Secretaria de Educação do Município de Fortaleza e da Faculdade Devry Fanor. Implantada nacionalmente em 2010 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a força-tarefa já realizou mais de 6 mil reconhecimentos voluntários de paternidade no estado.

Assunto: Homem é suspeito de estuprar neta de 9 anos em Feira Nova

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 02/06/2016

jornal do  commercio

Um agricultor de 54 anos foi preso, nessa quarta-feira (1º), suspeito de estuprar a neta de 9 anos na cidade de Feira Nova, no Agreste de Pernambuco. De acordo com a Polícia Civil, o homem foi detido após os vizinhos denunciarem o crime.

Assunto: Conselho Tutelar de Cavaleiro é arrombado três vezes em pouco mais de um mês

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 02/06/2016

jornal do commercio

Funcionários do Conselho Tutelar de Cavaleiro, que fica em Jaboatão, na Região Metropolitana de Recife, estão preocupados com a segurança do local. Em pouco mais de um mês, o lugar foi arrombado três vezes, sendo a última delas na madrugada desta quinta-feira (2).



Três boletins de ocorrência já foram registrados, mas até então, nada foi feito para resolver a situação

De acordo com os funcionários, até agora já

foram levados cinco computadores, moldens, uma televisão, duas impressoras, além de materiais de trabalho, como formulários e arquivos, impedindo-os de trabalhar. Eles contam que os furtos ocorrem durante a madrugada, quando o lugar está vazio, e também que o policiamento na região é bem fraco.

Três boletins de ocorrência já foram registrados, mas até então, nada foi feito para resolver a situação. Ao ser contatada pelo Conselho, a Prefeitura de Jaboatão disse somente que não tinha condições de repor os equipamentos de imediato.

Insegurança - Outros furtos ainda foram registrados no Conselho nos dias 24 de abril e 30 de maio. Os funcionários acreditam que quem está cometendo um crime é um grupo de usuários de drogas que costuma frequentar o bairro. Eles estão com medo de que o grupo volte ao local para assaltar enquanto as pessoas estiverem trabalhando.

Assunto: Crianças que ocupam hotel no DF vivem infância em meio ao conflito

Fonte: Diário de PE

Data: 02/06/2016

DIÁRIO de
PERNAMBUCO



120 famílias estão instaladas no hotel Torre Palace desde o início da ocupação

Ronald Matheus de Assis, 12 anos, gosta de jogar futebol, brincar de pique-pega e quer ser médico quando crescer. “Eu acho uma profissão muito bacana. Eu quero cuidar daquelas crianças que têm câncer”, afirma. Ele e os irmãos Emanuel, 6, e Mariah, 2, moram com a mãe em um dos quartos do 7º andar do hotel abandonado Torre Palace, alvo da tentativa de desocupação do GDF ontem. Eles também fazem parte do Movimento Resistência Popular (MRP). “Melhor morar aqui do que em um lugar em que chova e molhe a gente. A gente fala que

o Parque da Cidade é o quintal da nossa casa”, brinca Ronald, dias antes de ver policiais militares cercando a “casa dele”.

A família acorda todos os dias às 4h30 para pegar o ônibus com destino à Ceilândia, onde os dois irmãos mais velhos estudam. A mãe, Keila Fernanda de Assis, 34, não conseguiu vaga em uma creche para a filha mais nova e, por isso, passa as manhãs em frente à escola com Mariah. “Eu fico na porta da escola das 7h às 12h15 com ela para esperar os outros dois.” A rotina cansativa dos três irmãos é comum entre as cerca de 60 crianças de até 13 anos que até ontem viviam no Torre Palace. Os desenhos feitos de giz de cera e canetinha estão em todas as paredes dos sete andares tomados pelos sem-teto — quatro andares se encontram vazios e dois ficam ocupados por usuários de drogas.

Como boa parte dos ocupantes do hotel é beneficiária do Bolsa Família, que tem a frequência escolar como exigência para o repasse dos recursos, o esforço para manter as crianças nos colégios é intenso. A maioria estuda em Ceilândia, Recanto das Emas e Samambaia. Algumas mães fazem um rodízio e montam grupos para levarem os filhos até as aulas. Enquanto umas acompanham as crianças, outras aproveitam o dia para lavar roupa no Centro Pop da Asa Sul.

Maria Arlete Menezes, 43, se mudou para o hotel com as filhas Rebeca, 7, e Fernanda, 10, depois que perdeu o emprego de empregada doméstica, no ano passado. Elas moravam de aluguel em Ceilândia e tiveram que entregar o imóvel após o atraso das mensalidades. “Muito antes de vir para o hotel, eu já participava do movimento. As principais dificuldades são lavar roupa e levar as meninas para a escola”, relata Maria.

As duas irmãs continuaram matriculadas em um centro de ensino em Ceilândia e vão para a região administrativa todos os dias à tarde. A mais nova quer ser “atriz de novela” e a mais velha pretende se formar em medicina veterinária. As duas brincam pouco nos corredores escuros e empoeirados e passam a maior parte do tempo dentro dos quartos. A mãe tem receio que elas caiam das escadas ou no fosso do elevador, aberto e sem nenhuma espécie de barreira. “Meu sonho era ter uma casa com um jardim bem grande, porque a gente poderia brincar mais. Até quando quisesse”, descreve Fernanda.

Recém-nascidos

Camila José Gomes, 27 anos, estava grávida quando o marido abandonou a família. O casal tinha Gabriel, 6, e Pablo, 3, e morava em Samambaia quando houve a separação. Quando Kemilly, 5 meses, nasceu, a mãe e os irmãos moravam no hotel havia quatro meses. “Quando o pai deles largou a gente, eu não tive mais como pagar o aluguel e vim morar aqui. Para a gente, que é mãe, a dor maior é não ter um lugar bom para os filhos crescerem”, lamenta Camila. O filho mais velho diz que sente saudade da casa onde vivia com a família. “O que eu menos gosto daqui é quando aparece rato. Eu tenho muito medo de rato”, diz Gabriel.

Em 22 de maio, uma integrante do movimento perdeu o bebê. Ela estava grávida de sete meses. O pai da criança levou a mulher para o Hospital Regional da Asa Norte. A equipe médica fez uma cesariana e o recém-nascido ficou três dias na UTI, mas não resistiu. O homem, que preferiu não se identificar, acredita que a falta de higiene no local e os degraus que a mulher descia todos os dias prejudicaram a gestação.

Desde que o MRP chegou ao local, pelo menos três gestantes do grupo deram à luz em hospitais da região. Jasmine Rodrigues, 3 meses, é um dos recém-nascidos do lugar. A mãe, Jéssica Rodrigues da Silva, 22, tem outra filha de 2 anos. Ela espera um futuro melhor. “Eu quero que elas tenham uma vida diferente. Eu tenho fé que vai dar tudo certo para elas. Que elas vão ter um futuro bom, com emprego e moradia.”

Assunto: Estudantes recebem aula sobre direito do trabalho
Fonte: Diário de PE
Data: 02/06/2016



Estudantes da rede pública de ensino recebem esta tarde uma aula de cidadania. A partir das 14h, na Escola Poeta Manuel Bandeira, na Ilha do Leite, eles receberão orientação sobre direitos sociais, com foco na área trabalhista, principalmente direito a férias, horas-extras, acidentes e outros.

A atividade marca o lançamento do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), realizado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região (Amatra 6). O objetivo é aproximar os jovens da Justiça para a construção de uma sociedade mais ética e cidadã. Este ano, seis escolas da rede estadual serão beneficiadas até setembro. Ao longo de dez anos, cerca de 40 mil alunos já foram atendidos pelo TJC.

Para a coordenadora do programa, a juíza Carmem Richlin, o programa ganha uma dimensão maior nesse momento econômico do país, porque interage com estudantes que estão prestes a entrar no mercado de trabalho, atuando como multiplicador junto a seus familiares.

Assunto: Campanha de gibis da VIJ/DF arrecada mais de 10 mil exemplares

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 02/06/2016



A campanha de arrecadação de gibis promovida pela Vara da Infância e da Juventude do DF (VIJ/DF), no período de 4 de abril a 20 de maio, foi um sucesso e conseguiu arrecadar em um mês e meio mais de 10 mil exemplares destinados aos adolescentes do sistema socioeducativo. No período, servidores, magistrados e o público externo do TJDF puderam exercitar a solidariedade, entregando nas diretorias dos fóruns do DF e na sede da Rede Solidária Anjos do

Amanhã, programa de voluntariado da VIJ/DF, exemplares com as histórias de Cascão, Chico Bento e outros divertidos personagens.

E para simbolizar o encerramento da campanha, a VIJ-DF recebeu nesta segunda-feira, 30/5, um grupo com 24 alunos do 3º ano do Ensino Fundamental do Colégio Logosófico de Brasília. Eles vieram aprender um pouco sobre a Justiça Infantojuvenil, além de entregar os cerca de 600 gibis arrecadados na escola durante uma campanha interna realizada com os 289 alunos, a partir da sugestão de uma mãe.

A diretora do Colégio, Lúcia Andrade, acredita que a campanha e a visita foram importantes para as crianças exercitarem o desapego, a solidariedade e a cidadania, já que puderam conhecer *in loco* o funcionamento da Justiça Infantojuvenil. “A escola faz um trabalho de formação de conceitos. Neste ano, estamos trabalhando o conceito “bem”. Essa iniciativa foi uma grande oportunidade de os alunos praticarem o bem para aqueles que estão precisando, no caso os jovens do sistema socioeducativo. Sem contar que é fundamental que eles percebam que existe uma realidade além da que eles vivem”, relata.

Na primeira parte do encontro, os alunos conversaram espontaneamente com o juiz Márcio da Silva Alexandre, titular da Vara Regional de Atos Infracionais da Justiça da Infância e da Juventude, e idealizador da campanha, juntamente com a Coordenadoria da Infância e da Juventude do DF – CIJ/DF e a Rede Solidária. Sentados no chão e bem à vontade, eles iam perguntando de tudo um pouco para o magistrado: “Juiz também comete crime?”; “Adolescente quando fica internado vai para o hospital?”; “Por que o Sr. usa uma capa

preta?"; "Criança que faz coisa muita feia pode ser presa?"; entre outras dúvidas típicas da idade.

Com bastante paciência e com uma linguagem adequada ao público infantil, o juiz ia respondendo a todas as indagações com foco no trabalho que realiza diariamente como magistrado da área infracional e que lida com mazelas humanas. "O meu trabalho é como o de um juiz de futebol. Tem sempre os dois lados da partida e da história. Sou obrigado a julgar e a minha decisão sempre vai desagradar alguém. Mas este é o meu papel: decidir e fazer justiça", assegurou.

Ele também falou sobre o público-alvo da campanha, que são os adolescentes em conflito com a lei, destacando que são pessoas que infelizmente não puderam viver a infância, como muitas crianças podem. "Os gibis marcam a infância de todos nós. A maioria dos nossos adolescentes infratores não vivenciou esse período. A violência que eles praticaram é uma reação ao que sofreram na infância e na adolescência. Por isso, acredito que os gibis podem resgatar, de alguma forma, a infância perdida. É interessante fazer com que eles reflitam um pouco sobre a vida e o mundo sob a ótica da alegria de ler. Normalmente, a gente começa lendo gibis e partimos para outras leituras. Torço para que, daqui a pouco, eles estejam lendo poesias e até escrevendo", registrou.

Flávia Fonteles, supervisora da Rede Solidária Anjos do Amanhã e uma das organizadoras da campanha, diz que uma ação solidária como essa humaniza o Poder Judiciário e traz a figura do magistrado e da Justiça para mais perto da sociedade. "Nessa ação, as crianças puderam ver e entender como é o trabalho do juiz e vivenciar o dia a dia do funcionamento da Justiça. Sem contar que a doação deles nos ajudou a contabilizar 10.774 gibis", finalizou.

E as crianças, será que gostaram? Se depender da aluna Isadora Geisel, com certeza. Ela disse que achou muito legal a experiência com o juiz e que a leitura dos gibis a ajuda a conhecer e aprender coisas novas.

Doações expressivas

Durante a campanha, houve doações de colecionadores e outras de valor significativo. Uma delas, feita por Michael Tataira Hillerman, foi entregue com gibis de primeira tiragem de séries no Brasil, fascículos raros, que poderiam ser facilmente vendidos para colecionadores. No mesmo lote, havia uma coleção do Frank Miller, criador de uma das mais famosas edições do Batman, faltando apenas um fascículo, além de gibis de super-heróis e cômicos em vários formatos.

Michael também doou uma coleção completa de quadrinhos japoneses do Musashi, exemplares da série Graphic Novel e a primeira edição do Classics Illustrated. Sobre essa expressiva doação, ele disse que, entre vender e ajudar, preferiu ficar com a segunda opção. "Preferi doar por saber que os gibis podem ser úteis aos jovens. Os gibis são um incentivo à leitura. É importante manter a mente ocupada e, quem sabe, alguns deles podem despertar a vocação profissional para o desenho ou a escrita", assegurou.

Unidades beneficiadas

Os gibis serão destinados à biblioteca da Unidade de Internação Provisória de São Sebastião – UIPSS e o excedente será distribuído entre as bibliotecas similares nas demais unidades

socioeducativas do DF. O objetivo é estimular o hábito da leitura entre os adolescentes do sistema socioeducativo.

A ideia da campanha surgiu em uma reunião entre a assessora administrativa da CIJ/DF, Simone Resende, e o juiz Márcio da Silva Alexandre, que observou o interesse dos adolescentes da UIPSS pelos gibis. A partir daí, decidiram fazer a campanha, que teve todo o apoio da CIJ/DF na execução, bem como no encerramento, com a recepção dos estudantes e a logística de entrega dos exemplares.

Assunto: A Proteção que Queremos

Fonte: Childhood

Data: 02/06/2016



É essencial a existência de um ambiente acolhedor para que a vítima de violência sexual possa relatar a sua história e para que não ocorra revitimização no processo. O manifesto a seguir é um esforço coletivo entre Childhood Brasil, Think Olga, Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e Artemis. Confira:

Uma vítima de estupro hoje tem muito pouca ou quase nenhuma chance de ver seu agressor ser punido pelo o que fez. Seja pela vergonha erroneamente direcionada à vítima que a impede de fazer uma denúncia ou pela notável inabilidade da polícia e do judiciário em lidar com crimes dessa natureza.

As convicções pessoais de agentes públicos têm sido a principal barreira enfrentada pelas corajosas vítimas que decidem reportar o crime. Quando não capacitados para a escuta protegida, investigadores e delegados tomados de preconceitos e já descrentes da versão que ouvem, mesmo antes de qualquer averiguação, são os primeiros de muitos escudos concedidos aos criminosos por órgãos de governo e justiça.

É urgente e necessário que haja um protocolo único de âmbito nacional para o atendimento integrado das vítimas de crimes sexuais. Protocolo este que considere uma escuta qualificada, realizada por profissionais treinados para lidar com esse tipo de trauma; tratamento médico e exames de corpo de delito que independam das crenças do profissional de saúde sobre o caso; conselho tutelar e escola, quando for o caso, que acolham e protejam a criança e adolescente nesse momento difícil.

Muito antes da castração química, do armamento da população, de penas mais severas para os agressores, queremos ser ouvidas. A nós pouco importam mudanças nas punições dos nossos algozes. Mais do que tudo é preciso dar ouvidos à nossa história, com uma escuta qualificada, pois somente assim eles chegarão a ser responsabilizados.

Mas não com descaso, com machismo, desconfiando da veracidade antes de apurar os fatos. Sem que nesse momento eu sinta como se precisasse me defender da própria polícia. Quero privacidade, seriedade, respeito. Na maioria das vezes, sou apenas uma menina e quem violou



o meu corpo é um parente que traiu também a minha confiança. E a única testemunha sou eu mesma.

Quero contar a minha história uma só vez e levar crédito. e vim até aqui, não quero ser convencida a voltar atrás. Não quero reviver essas memórias várias outras vezes, na frente de desconhecidos e até do meu agressor. Não quero precisar contar detalhes para o médico, para o conselho tutelar e para todo mundo que quer vestir o chapéu de investigador e tomar o martelo do juiz.

Queremos a proteção do estado sobre as vítimas que encontraram dentro de si a coragem para fazer a denúncia. Isso, por si só, já é raro, já é uma vitória. Que não sejam as delegacias, os profissionais de saúde, os conselheiros tutelares e demais envolvidos no tratamento dessa vítima a extensão do seu pesadelo, mas a esperança de um recomeço.

Assunto: Curso de capacitação de profissionais para as Olimpíadas é realizado no Rio de Janeiro

Fonte: Childhood

Data: 02/06/2016



Desde o dia 23 de maio, o auditório da Catedral do Rio de Janeiro está sediando o curso para gestores e profissionais do Sistema de Garantia de Direitos – SGD, sobre proteção de crianças e adolescentes em preparação às Olimpíadas Rio 2016. O objetivo da formação é a capacitação de gestores e profissionais estratégicos de secretarias ou órgãos municipais, estaduais e sociedade civil organizada que desenvolvem ações relacionadas com a proteção da infância e adolescência durante as Olimpíadas.

A iniciativa é do Comitê de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes nos Megaeventos com a Frente Nacional de Prefeitos em parceria com o Município do

Rio de Janeiro, com a organização Viva Rio e o Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Rio de Janeiro (CEDECA-RJ), além da participação do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. A ação faz parte do *Projeto Rio 2016: Olimpíada do Direito da Criança e do Adolescente* e a conclusão do curso acontece dia 9 de junho com o Seminário de Boas Práticas dirigido a todos os participantes.